

COORDENADORIA DE ASSUNTOS INDÍGENAS DE MATO GROSSO

RELATÓRIO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA UHE 12 DE OUTUBRO

FERNANDO B. ALMEIDA

JANEIRO 1984

ÍNDICE:

I. INTRODUÇÃO.....	003
II. METODOLOGIA DE TRABALHO.....	005
III. SITUAÇÃO ENCONTRADA.....	007
IV. UMA NOVA POLÍTICA INDIGENISTA.....	010
V. PARECERES TÉCNICOS.....	012
VI. RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES.....	013

INTRODUÇÃO

Este relatório procura analisar não apenas os impactos ambientais e sócio-cultural, que estão exaustivamente analisados nos pareceres antropológico de Rinaldo Sérgio Vieira Arruda, o da FEMSA pelos técnicos daquela Fundação, assim como o da SPHAN PROCURADORIA de Maria Lúcia F.P. Oliveira, mas apresentar algumas propostas de discussão que contribuam, não somente para o caso da Usina em questão, mas também que venham subsidiar as discussões para a regulamentação das leis complementares, que regerão os procedimentos para autorização de estudos dentro de áreas indígenas, referentes a projetos de aproveitamento de recursos energéticos, pesquisas e lavra de minerais e de exploração de outros recursos naturais.

O relatório contém dados, que evidenciam o posicionamento que nortearam os trabalhos de campo da equipe inter-institucional formada por esta Coordenadoria, diante da forma ilegal em que foram permitidos os estudos preliminares para a construção da UHE 12 de outubro.

Apesar de partir por um princípio metodológico de resguardar a autonomia de decisão do povo Nambikwara, apesar e principalmente diante das pressões das frentes da sociedade nacional envolvidas com a questão da implantação da UHE 12 de outubro, nossa preocupação foi de chamar a atenção para a forma tutelar que ainda permeia o trabalho indigenista, tanto estatal quanto das demais entidades.

Queremos a partir desta observação, trazer sugestões para que sejam traçadas normas de trabalho, que auxiliem futuras equipes em áreas indígenas, indicadas a emitir pareceres "técnicos", sem no entanto deixarem em segundo plano a organização social e o cotidiano das comunidades visitadas.

Por outro lado, o presente relatório se propõe a levantar temas a serem discutidos por um Fórum mais amplo, com a participação de entidades da sociedade civil, entre as quais as indígenas e indigenistas, e outras que possam vir a contribuir, para que sejam traçadas linhas de uma política indigenista atualizada, a serem executadas não apenas por órgãos governamentais, mas também por entidades não-governamentais, supervisionadas pela sociedade organizada.

Também é nosso objetivo trazer para a análise conceitos tais como: terras produtivas, recursos ambientais necessários para a reprodução física e cultural das comunidades indígenas, e desejamos que esta discussão se efetive, não apenas do ponto de vista da sociedade nacional, mas principalmente por parte das comunidades envolvidas.

No item conclusões e recomendações esta Coordenadoria

deseja contribuir para que as sugestões apresentadas sejam amplamente discutidas pela sociedade civil organizada, entre as quais as indígenas e indigenistas, com a finalidade de trazer para um âmbito maior de reflexão estas questões.

METODOLOGIA DE TRABALHO

- A FORMAÇÃO DA EQUIPE:

Ao requisitar pessoas de outras entidades ou instituições para fazerem o levantamento dos impactos sócio-cultural provocados pela construção da UHE 12 de outubro, tomamos como referência os seguintes itens:

- Experiência de trabalho de campo com os Nambikwara;
- Conhecimento antropológico-cultural do grupo em questão;
- Atuação indigenista.

A equipe teve uma primeira reunião em Cuiabá, em que foram traçadas e discutidas as formas de ação a serem desenvolvidas em campo, diante da especificidade das lideranças Nambikwara estarem diluídas através das famílias nucleares, apesar da aparência de uma liderança designada a falar em nome do grupo, todas as decisões são discutidas por todos, como fica comprovado através dos depoimentos em anexo, onde cada um se posiciona.

Sem termos um roteiro rígido de perguntas, optamos por um levantamento onde o assunto a ser investigado, seria o que cada chefe familiar pensava sobre o que estaria sendo afetado a nível de sobrevivência tais como frutos, ervas medicinais, caça, pesca dentro do universo cultural Nambikwara que não eram devidamente analisados nos estudos apresentados pelas empresas interessadas na obra.

Que impactos também trazendo ao modo de vida daquela população enquanto recursos naturais que serviam para a reprodução cultural pela ótica indígena.

Um dado que consideramos importante, era o de esclarecermos os Nambikwara sobre seus direitos constitucionais que garantiam ao grupo a decisão, sobre a permissão ou não para a construção da UHE 12 de outubro, mesmo que tivessem apenas dado consentimento para os Estudos Preliminares, e diante das pressões que estavam sofrendo pelo município de Vilhena e funcionários da FUNAI a favor do empreendimento, e que passavam para o grupo como fato consumado.

Somente com uma compreensão clara e global do que seria um empreendimento dentro da área, com todas as consequências que ele acarretaria, poderiam os Nambikwara optar ou não pela construção.

Antes de uma comunidade ser ouvida sobre determinada questão, deve ser feito um trabalho educativo e informativo, dando-lhes o tempo necessário, para a compreensão da questão respeitando-se o seu espaço temporal, e não da forma atropelada como vinha sendo feita tanto por parte da empresa e pessoas que haviam se posicionado a favor da construção, quanto por parte daqueles que julgavam o empreendimento nocivo ao mundo sócio-cultural dos Nambikwara.

Tivemos como meta respeitar integralmente a autonomia de decisão do grupo, e colocamos como papel fundamental que a postura de Coordenadoria seria de apoio a qualquer que fosse a decisão a ser tomada.

A equipe foi formada com as seguintes pessoas:

Rinaldo Sérgio Vieira Arruda
ANTROPÓLOGO DO IAMA - Coordenador dos trabalhos

Maria Clara Migliaccio
INDIGENISTA DA FUNAI, com experiência com o povo Nambikwara

Cristina dos Santos Salvador
INDIGENISTA DA FUNAI, com experiência com o povo Nambikwara

Laurenice Lopes de Souza
TÉCNICA DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA E AMBIENTAL-
SEC/MT

Fernando Bezerra de Almeida
INDIGENISTA DA COORDENADORIA DE ASSUNTOS INDÍGENAS DE
MATO GROSSO

Decidimos que a equipe se dividiria em três frentes de trabalho a fim de cobrir as três áreas que seriam as mais diretamente atingidas com a construção da usina.

PIN Kitháulu

PIN Pirineus de Souza

PIN Nambikwara

SITUAÇÃO ENCONTRADA

Quando a equipe da Coordenadoria de Assuntos Indígenas entrou na área Nambikwara (Aldeia Campos Novos - Sub-grupo Lithâulu), encontrou um clima de insatisfação e desconfiança, pela chegada de mais uma equipe, após as visitas de tantas outras, que alteraram substancialmente o cotidiano do grupo.

Tantas haviam sido as equipes que pela área haviam passado, levantando da forma que mais lhes interessavam, a questão da construção da UHE 12 de outubro, preocupados umas apenas com seus pareceres técnicos, outras desconhecendo o cotidiano da comunidade e sem solicitarem autorização ou consentimento dos índios para os trabalhos a serem ali realizados.

No primeiro instante o sentimento era de não aceitarem a nossa presença, devido aos grandes transtornos que equipes anteriores haviam provocado, incluindo entre estas e principalmente a equipe da empresa San Terra Consultoria & Participações Ltda.

No dia seguinte tivemos uma reunião na casa do Capitão Eládio com a presença da maioria dos homens que estavam na aldeia, quando tivemos conhecimento das pressões que a comunidade estava sofrendo, por todos os interessados na questão da construção, para que os Nambikwara tivessem uma pronta definição acerca da construção da Usina, conforme constam dos depoimentos recolhidos em campo.

"... Então nós queremos continuar assim mesmo nossa natureza e para não prejudica a nossa vida. Porque tô ficando dor de cabeça. O pessoal (brancos) falando de Usina, Usina, Usina. Aí dor de cabeça. Então por isso eu não quero, tem que acabá esse negócio de fofoca.

Prá continuar nosso trabalho, nosso trabalho tem muito coisa para fazê. Nós tem que plantar roça, derruba roça nova ainda, comunidade e também nos tem roça aqui pra limpar. Ali ni Boqueirão tem uma plantação de banana. Então fica correndo para lá, atrás da Usina, para resolver esse problema. Isso a prejudica nossa vida. Então nós não queremos fazê isso para terminar logo, tem que acabá esse fofoca e para descansar nosso cabeça e para continuar nosso trabalho. Então por isso nós não queremos assim, e também eu já acostumado assim..." (JAIR NAMBIKWARA)

Apresentamos nossa programação de trabalho, que era gravar os depoimentos dos chefes de famílias sem alterarmos suas rotinas de trabalho, para obtermos uma visão de toda a comunidade, não apenas de alguns líderes, porque as informações que nos chegavam e que estavam sendo divulgadas eram contraditórias.

Por outro lado, a comunidade mostrava-se insatisfeita com as distorções que haviam sido feitas pela imprensa sobre o primeiro acordo realizado entre os Nambikwara e a Empresa Ódes Coabita Construções S.A., para a permissão dos Estudos Preliminares.

Os Nambikwara estavam, e com toda a razão, resistentes em mais uma vez confiarem na palavra dos brancos, após verem suas opiniões serem utilizadas de forma manipulada e distorcida, conforme a conveniência dos interesses políticos de Vilhena na questão.

Outro dado que havíamos percebido, é que estava sendo usada a tática de aliciamento, provocando divisões internas dentro do grupo, não respeitando-se o tempo necessário para que a questão da compreensão dos efeitos da construção de uma usina hidrelétrica amadurecesse internamente, as informações apresentadas eram parciais, não permitindo ao grupo como um todo a compreensão dos impactos gerados com a construção da Usina dentro da área.

A cisão era provocada de fora, aproveitando-se do fato, dos líderes mais jovens verem como possibilidade de alternativa de possíveis recursos, para suprirem as necessidades mais urgentes da população não supridas, poderem estar vindo de participação nos lucros da Usina.

Os diversos grupos da sociedade envolvente a favor ou contra a construção interferiam, direcionando as discussões, ora acrescentando ou omitindo detalhes. Tais fatos geraram divisões internas, que em nada auxiliavam na compreensão do problema em discussão.

Na realidade os representantes das diversas correntes da sociedade envolvente, o que fizeram foi levarem para a comunidade as discussões que estavam acontecendo na sociedade nacional, em nenhum momento respeitando a auto-determinação do grupo para uma tomada de decisão.

O grupo Nambikwara percebeu o clima de divisão criado e já na reunião do dia 21/09/89 realizada na área Wanãirussu haviam entre si acordado somente tomarem uma decisão após o prazo de noventa dias após aquela data, conforme documento em anexo.

O sub-grupo Lithãulu nos colocou que esta tinha sido uma posição assumida e que portanto também as gravações dos depoimentos não seriam ali permitidas antes daquele prazo.

Nosso trabalho foi sendo direcionado para o coleta de dados sobre a história do grupo, localização de antigas aldeias, contatos com outros povos indígenas, a passagem da linha telegráfica, as histórias dos velhos que haviam sido levados para Utiariti.

A equipe passou a girar ao redor do cotidiano da comunidade e fomos convidados para conhecer as roças, a participar do trabalho de coleta de manivas.

Nestas visitas informais começaram a aparecer as primeiras opiniões sobre a questão da UME 12 de Outubro, sempre por iniciativa dos índios.

Assistimos a apresentação do ritual da flautas, com as explicações do que representavam para o universo cultural do grupo, começaram a estabelecerem-se relações de confiança.

Tais fatos que nos estavam sendo mostrados, não como partes estanques de uma cultura, mas sim para que percebêssemos o que era realmente importante para a vida dos Nambikwara, a Usina era uma questão fora daquele universo que só problemas trazia.

Era a partir daqueles referenciais que o grupo ia chegar a uma tomada de decisão e no tempo que fosse necessário.

O nosso último dia de permanência entre os Kithâulu foi o da visita a área da construção da usina no rio 12 de outubro, em que estavam também presentes representantes das comunidades do PIN Pirineus de Souza e do PIN Nambikwara, juntamente com os representantes da empresa Góes Cohabiatá Construções S.A., quando seriam mostradas as áreas que seriam alagadas com a construção da barragem.

No contato com os índios presentes pudemos perceber a insatisfação com a abertura de picadas dentro de uma das poucas matas ciliares em sua reserva. Os índios sentiam-se ludibriados com o acordo feito com a empresa, pois não haviam sido esclarecidos sobre os "estragos" que os Estudos Preliminares acarretariam para a área.

Acompanhamos alguns velhos que foram visitar a caverna que se dentro do rio 12 de outubro, tido como local sagrado dentro do universo cultural, local de moradia dos espíritos dos animais, e um nicho ecológico de reprodução de algumas espécies animais importantes para a sobrevivência da população segundo seus costumes.

No dia seguinte nos encaminhamos para o PIN Pirineus de Souza e a equipe se dividiu com Maria Clara e Fernando nesta área e Cristina e Laurenice se deslocariam para o PIN Nambikwara.

O primeiro procedimento foi o de esclarecer quais eram os nossos objetivos de trabalho, e que as equipes estariam à disposição do grupo para esclarecer os dados necessários para a compreensão das implicações da construção, dos direitos constitucionais e que o papel da Coordenadoria de Assuntos Indígenas era o de subsidiar os índios na sua decisão.

Qualquer que fosse a decisão a ser tomada caberia a Coordenadoria prosseguir com os encaminhamentos necessários.

UMA NOVA POLÍTICA INDIGENISTA

De há muito os índios vem solicitando um novo tipo de relacionamento com a sociedade nacional, mais precisamente com os agentes que trabalham dentro de suas áreas, sem distinção entre membros da FUNAI ou de outros órgãos e entidades indigenistas.

Apesar de circular no meio indigenista o discurso de auto-determinação dos povos indígenas, o procedimento muitas vezes encaminha-se para a forma tutelar ou paternalista ao lidarmos com aquelas populações.

O que as comunidades indígenas vem reivindicando tem sido o gerenciamento, tomada de decisões de todos os problemas que lhe dizem respeito, mesmo que dentro deste processo tenham que lidar e aprender com as contradições.

Este fato nos faz repensar sobre as ações que estamos desenvolvendo dentro das áreas, muitas delas opostas entre si e que já não correspondem ao anseio daquelas comunidades.

Vimos observando que estamos levando para dentro das áreas, as contradições internas do movimento indigenista, causando maior dificuldade de compreensão por parte das comunidades, sobre a complexidade da sociedade nacional.

Por outro lado, as leis que regulamentam a questão indígena, necessitam serem revisadas segundo a ótica do direitos constitucionais conquistados, a fim de que algumas questões urgentes ganhem agilidade como exigência das comunidades diante de suas necessidades.

Neste momento, a ação indigenista executada pelas diversas frentes representativas da sociedade nacional, já não conseguem corresponder a contento, e estamos sendo atropelados pelos fatos, como no caso da UNE 12 de Outubro, mostrando às comunidades indígenas a nossa desorganização, que a cada dia para elas fica mais evidente, por melhor que sejam as nossas intenções.

Uma forma de oxigenar a questão indígena e a ação indigenista é trazê-la para um debate mais amplo na sociedade civil organizada, para que não fique restrita ao âmbito daqueles que julgam serem os únicos capazes de pensarem as soluções para os problemas que surgem, incorrendo no erro do corporativismo.

A questão indígena não pode estar separada das outras lutas de organização da sociedade civil, e as próprias organizações indígenas vem atuando nesse sentido, percebendo que só conseguem avanços através de ações organizadas, exemplo disso é a União dos Povos da Floresta, (Índios e seringueiros) que apontam para a organização daquelas populações da entidades internacionais de apoio.

Até o momento estivemos trabalhando a questão indígena de forma isolada, distanciada da questão ambiental, optando mais pela diferença do que pelos pontos comuns.

Outra questão que se coloca é que as comunidades indígenas, não podem ficar servindo de anteparo para as discussões entre progresso e desenvolvimento desejados pela sociedade nacional, sem antes ficar clareada a quem vão servir e de que forma vão ser executados.

A sociedade civil não pode ficar omissa a esta discussão, e precisa compreender conceitos como terras omissa à esta discussão, e precisa compreender conceitos como terras produtivas segundo o pensamento índio, onde o espaço físico não está separado do cultural.

A utilização dos recursos naturais necessários à sobrevivência das comunidades indígenas segundo seus usos, costumes e tradições, merece por parte da sociedade nacional, uma discussão ampla, para uma melhor compreensão dos valores culturais que estão na base daquelas sociedades.

Quando a comunidade Nambikwara rejeita a construção da Hidrelétrica 12 de Outubro dentro de sua área, ela não está preocupada em impedir o desenvolvimento da sociedade envolvente, mas antes de tudo está resguardando o seu espaço físico-cultural, para a sobrevivência de sua população, diante mais uma vez, do avanço predatório das frentes de expansão da sociedade nacional, que tão bem ela conhece.

Tanto as entidades indígenas, indigenistas quanto ambientalistas tem muito a acrescentar ao conceito de qualidade de vida.

O que vemos necessário neste momento é a discussão destes temas, e que ações podem e devem ser feitas de forma organizada nas mais variadas áreas de atuação.

Necessitamos de um Fórum onde sejam traçadas as novas linhas de uma política indigenista, e que as entidades e instituições envolvidas com a questão, pudessem ter seus trabalhos acompanhados de perto pela sociedade civil organizada.

Cursos de reciclagem e capacitação de pessoal técnico que atua dentro de áreas indígenas, para prepararem estas pessoas para a velocidade de respostas que as comunidades indígenas estão requerendo, diante da qual algumas correntes indigenistas já não conseguem corresponder.

PARECERES TÉCNICOS

Pudemos perceber que os órgãos envolvidos com a questão técnica do empreendimento, utilizam-se muitas vezes a terminologia "técnica" para se omitirem sobre as questões legais.

Na questão da UHE 12 de outubro a peça principal da discussão deveria estar em torno da forma precipitada, como foram autorizados os estudos preliminares, antecipando-se à regulamentação pelo Congresso Nacional.

O que se tentou foi atropelar de forma acintosa os direitos garantidos pela Constituição, apresentando-se a questão da UHE 12 de outubro como um fato consumado.

A discussão de alguns pareceres ateu-se aos danos ambientais e/ou culturais, que a construção da Usina traria para o grupo Nambikwara, discutindo-se o RIMA apresentado pela empresa continha dados errados ou não.

A questão da ilegalidade dos estudos preliminares passou a ser apenas uma questão secundária, no entanto é do nosso entendimento que esta continue sendo a questão principal.

Tão acostumados estamos ao desrepeito à lei, que não nos percebemos lutando apenas para a garantia das questões secundárias.

No caso em questão, os Nambikwara tiveram seus direitos agredidos, pois as informações que a eles chegavam, davam conta que a construção da UHE 12 de outubro já havia sido decidida em Brasília, e que só restaria aquela comunidade lutar para garantir pequena parcela de recursos nos lucros do possível empreendimento.

As pressões recebidas pela comunidade foram extremamente perniciosas ao cotidiano da sua produção, em flagrante desrepeito ao parágrafo 10. do artigo 321 da Constituição Federal:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

Diante dos fatos expostos, apresentamos abaixo algumas questões que gostaríamos ver amplamente discutidas a fim de contribuir, para a regulamentação das leis ordinárias que regularão as questões referentes aos grupos indígenas, e colaborar para a reflexão das futuras equipes que venham a serem indicadas a emitirem pareceres técnicos:

- As comunidades indígenas para serem ouvidas sobre questões que lhes afetam direta ou indiretamente, necessitam serem suficientemente esclarecidas sobre todas e quaisquer implicações que projetos de exploração de recursos naturais, energéticos ou minerais, possam trazer para as suas áreas tanto a nível cultural, ambiental e econômico;

- Os esclarecimentos sobre impactos ambientais ou sócio-cultural de projetos a serem efetivados dentro de áreas indígenas, não podem ficar sob a responsabilidade das empresas interessadas em sua viabilização, nem por elas serem contratados.

O poder de autorização para estudos e pesquisas de projetos de exploração de recursos naturais, energéticos, minerais em áreas indígenas, está legalmente sob a competência do Congresso Nacional, entretanto de forma a assegurar a isenção. Deste diante das pressões de lobbies de grupos econômicos interessados, necessário se torna regulamentar de forma as comunidades indígenas serão ouvidas;

- Propomos que a sociedade civil organizada, entre as quais as organizações indígenas e indigenistas sejam chamadas para assessorar o Congresso Nacional nas questões referentes aos povos indígenas;

- Em caso de não concordância, por parte das comunidades indígenas na implantação de projetos de exploração de recursos dentro de suas áreas, que estas tenham assegurado o direito de recorrerem judicialmente com ações de indenização, quando ficarem configuradas pressões econômicas, tanto por parte de empresas interessadas, quanto de populações envolvidas;

- Que fiquem asseguradas às comunidades indígenas, ter resguardado o direito de representividade segundo os seus usos, costumes, a partir de suas especificidades, diferenciação e autonomia político-cultural;

- Que os recursos naturais dentro de áreas indígenas mereçam especial atenção por parte dos órgãos encarregados da fiscalização da questão ambiental, principalmente em regiões onde tais recursos já se tornaram escassos, resguardando-os do avanço predatório das frentes de expansão da sociedade nacional;

- Até que seja regulamentada a legislação ordinária que permitirá o acesso de estudos e pesquisa dentro de áreas indígenas, com fins de implantação de projetos de exploração de potenciais energéticos, minerais e outros recursos naturais imprescindíveis aquelas comunidades, que sejam solicitados via Ministério Público ao Poder Judiciário a suspensão dos referidos estudos, assim como quaisquer registro de pedidos em áreas indígenas junto à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM e ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica-DNAEE.